

Conselho alerta Planalto sobre desincompatibilização

Da Sucursal de Brasília



Os membros do Conselho Político do governo comunicaram ontem ao presidente José Sarney, que a emenda do deputado Manoel Costa (PMDB-MG) ao projeto de convocação da Constituinte, propondo a desincompatibilização de ministros, governadores, secretários de governo e dirigentes de estatais a partir de 15 de novembro próximo — para aqueles que desejam concorrer a uma vaga na Constituinte —, deverá ser aprovada por estar recebendo muitas adesões.

O Presidente não fez qualquer comentário, segundo revelou o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), porque se trata de matéria específica do Legislativo. Mas a parlamentares que privam de sua intimidade, Sarney vem manifestando interesse pela iniciativa sob o argumento de que ela facilitaria seu projeto de mudar o gabinete antecipadamente e abrir o ano de 1986 com um novo Ministério.

A matéria também recebeu ontem apoio do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves: "Eu sou favorável a qualquer medida que vise aprimorar e dar maior lisura aos pleitos eleitorais" disse.

O líder do governo na Câmara, Pimenta da Veiga, que, na véspera, condenara a proposta, manifestou-se ontem, após a reunião do Conselho Político, com mais cautela. Admitiu que considera "antidemocrática a criação de novos mecanismos que dificultem as candidaturas a postos eletivos", mas ressaltou que vem fazendo consultas à bancada e, se for esse o desejo da maioria, não apresentará obstáculos.

Indignação

Na bancada paulista, os deputados João Cunha (PMDB-SP) e Airton Soares (PMDB-SP) indignaram-se com a suposição de que o governador Franco Montoro, de São Paulo, possa controlar os parlamentares do Estado para impedir a aprovação da emenda Manoel Costa. Na véspera, o líder Pimenta da Veiga havia recla-



Muller, José Lourenço, Lyra, Veiga, Chiarelli e José Hugo reunidos com Sarney no Palácio do Planalto

mado a ação dos governadores para conter as respectivas bancadas.

"Pimenta da Veiga precisa saber que isso aqui não é feito com rédeas", protestou João Cunha. Disse que votará a favor da desincompatibilização por um ano "para evitar a tentativa de Montoro chegar à Constituinte, transformando-a em uma palhaçada". Airton Soares previu que a emenda vai ser aprovada "para moralizar a administração pública, que foi transformada em comitês eleitorais".

O líder do PDS na Câmara, deputado Prisco Vianna (BA), declarou que todos os integrantes de seu partido votarão a favor da emenda Manoel Costa. "Não somos governo e nem temos cargos públicos", ponderou.

O autor da emenda, deputado Manoel Costa, disse que não teme pressão do governador Hélio Garcia para retirar a emenda: "Meu compromisso é com o povo".

Pequenos partidos

Entre as pequenas agremiações, a opinião se divide. As lideranças do PDT e do PC do B são contrárias. O líder pedetista Nadyr Rossetti (RS) considerou "salutar a alternância dos políticos em cargos do Poder Execu-

tivo e do Legislativo". O comunista Haroldo Lima acha o prazo atual de desincompatibilização — seis meses — "razoável". O líder do PTB, Gastone Righi (SP), pronunciou-se a favor, dizendo que "a vida pública não pode ter como base cargos executivos mas sim as bases partidárias para que haja identificação com o povo".

O deputado Alberto Goldmann (PCB-SP), defendeu a exclusão de governadores e prefeitos da desincompatibilização por um ano "porque eles ocupam cargos eletivos".

Ministros divergem

O ministro dos Transportes, Affonso Camargo, declarou que se o presidente Sarney o convidar a permanecer no Ministério ele aceitará o convite "em nome dos ideais da Aliança Democrática". Manifestou descrença na ampliação do prazo de desincompatibilização, que hoje é de seis meses para governadores e ministros de Estado e se disse impedido eticamente de comentar a proposta do deputado Manoel Costa.

O ministro da Agricultura, Pedro Simon, afirmou que "é necessário estabelecer um prazo razoável para desincompatibilização" mas conside-

rou que "em princípio, um ano parece muito".

Bierrembach

O relator da comissão mista que examina o projeto do governo de convocação da Constituinte, deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP), 45, defendeu ontem o prazo de um ano de desincompatibilização: "Trata-se de um instituto de direito de índole democrática, e um ano representa um prazo razoável que se adota em qualquer lugar do mundo, menos aqui". No Brasil, a Constituição estabelece prazo de cinco meses de desincompatibilização, mas muitos parlamentares defendem sua ampliação.

Bierrembach confirmou o propósito de adotar o novo prazo no projeto substitutivo que vai submeter à comissão mista. A seu ver, a proposta deve ser aprovada porque "há uma tendência no Congresso muito clara em favor da matéria, já demonstrada durante votação de uma emenda específica no semestre passado". Ele assinalou que o prazo de desincompatibilização de um ano só não foi aprovado, na ocasião, porque, embora majoritário, não alcançou o quórum de dois terços.